



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
03/10/2024	10h	11h30min	reunião efetuada por acesso remoto (videoconferência), via <i>link</i> gerado pela entidade.

2. Pauta

Item	Descrição
I	Alteração do índice de reajuste do Plano EQTL BD AL
II	Atualização do Processo de incorporação de Planos CDs
III	Apresentação do relatório de Controles Internos RCI
IV	Resultado dos investimentos
V	Assuntos Gerais

3. Participantes

Nome	Cargo	Assinatura
Carlos Afonso Araujo Melo	Membro Suplente	
Eronildes Almeida Marinho	Membro Efetivo	
Henderson Rovay	Membro Efetivo	
Karine Maria Rodrigues Pereira De Moraes	Membro Suplente	
Teonia Almeida Do Vale Costa	Membro Efetiva	
Ytaquirate Quena Silva Soeiro	Membro Efetivo	

4. Convidados

Nome	Cargo	Assinatura
Mauro Chaves de Almeida	Presidente	
Carlos Antônio Brito dos Santos	Diretor Financeiro	



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024

Luiz Fernando Brum dos Santos	Diretor de Seguridade	<i>Luiz Fernando Brum dos Santos</i>
André Evangelista de Souza	Gerente de Controles internos e Riscos	<i>André Evangelista de Souza</i>
Júlio César Bueno de Brito	Gerente de Investimentos	<i>Júlio César Bueno de Brito</i>

5. Secretária

Nome	Cargo	
Tayara Aiane Silva Ferreira	Secretária de Governança	<i>TAYARA AIANE SILVA FERREIRA</i>

6. Assuntos Discutidos / Decisões

Iniciando a reunião, a Presidente substituta deste Conselho, Karine Morais, registrou que, em razão das férias do Presidente José Sobral, ele não poderá participar da presente sessão. Em seguida, cumprimentou a todos e concedeu a palavra ao Diretor de Seguridade para tratar dos dois primeiros itens da pauta.

I – Alteração do índice de reajuste do Plano EQTL BD AL

Iniciando a sua participação, o Diretor de Seguridade, Luiz Fernando Brum informou sobre as atualizações do tema em pauta, mencionando o cronograma compartilhado na última reunião realizada em (19/08). Ele destacou que a primeira etapa consistiu na elaboração do parecer atuarial, com o objetivo de subsidiar o processo de alteração regulamentar e lembrou que a proposta visa definir o INPC como indexador do reajuste de benefícios, o que já ocorre na prática, já que este índice é que vem sendo concedido aos colaboradores da Equatorial Alagoas, nas últimas datas-base. O Diretor também mencionou que o estudo foi finalizado e a sua versão final deverá ser disponibilizada pela consultoria atuarial ainda na data de hoje e, em seguida, encaminhada aos membros deste Conselho. Após essa etapa, o próximo passo será a apreciação pelo Conselho. Ele acrescentou que, conforme o cronograma estabelecido e considerando todos os prazos, a previsão de conclusão do processo é para o final do próximo ano. Ficou definido que o tema será pautado numa reunião extraordinária a ser realizada no mês de novembro/24, uma vez que a próxima reunião ordinária será realizada em dezembro/24 com previsão de pauta extensa, principalmente, devido à análise do orçamento.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024

II – Atualização do Processo de incorporação de Planos CDs

Dando continuidade, Luiz Fernando Brum lembrou que o Conselho constatou que, em relação ao processo de incorporação do Plano CD Alagoas pelo Equatorial CD, haveria uma alteração no critério de resgate para um grupo de participantes. Assim, de acordo com a proposta submetida à análise da Previc, aqueles que ingressaram após 90 dias no plano de origem e que hoje possuem direito a 0,30% a.m., com limite de 90%, após a incorporação pelo Equatorial CD, teriam o percentual mensal mantido, mas o teto seria reduzido para 80%. Diante dessa constatação e considerando que o processo já se encontra em andamento na autarquia, este Conselho solicitou que a Diretoria Executiva contactasse a Previc, com o objetivo de verificar a possibilidade de incluir esta alteração para equiparar as condições ao que vigorava no plano de origem, sem prejudicar o andamento do referido processo.

Prosseguindo, informou que foi realizada uma reunião com a área técnica da Previc, que teve um resultado muito positivo, tendo em vista que foi autorizada a alteração solicitada, mediante a simples substituição da documentação para contemplar a mencionada equiparação, sem a necessidade de nova submissão ao Conselho e sem a exigência de divulgação de novo prazo de 30 dias aos participantes, o que poderia gerar atrasos. Assim, foi possível evitar a reinicialização do prazo já em curso de análise pela Previc. O protocolo desse processo foi formalizado, incluindo o quadro comparativo e o regulamento consolidado proposto, e informou que a previsão de análise final da PREVIC continua mantida para 23/12/2024.

A Conselheira Teonia Almeida solicitou informações sobre a incorporação da FACEPI. Ela informou que, no Piauí, o plano de Benefício Definido (BD) foi encerrado há quase 10 anos, e o processo judicial referente a esse encerramento ainda está em andamento. Teonia questionou se há alguma proposta a ser apresentada em relação a esse plano. Mauro Chaves respondeu informando que o processo está judicializado, sendo uma ação proposta originalmente contra a Cepisa contra uma decisão tomada pela gestão anterior a aquisição realizada pela Equatorial. Solicitou à Presidente Substituta do Conselho que obtenha mais informações junto ao departamento jurídico sobre o caso, a fim de trazê-las para a próxima reunião.

III - Apresentação do relatório de Controles Internos RCI

Com a palavra, Carlos Brito apresentou a representante da consultoria da PFM, Rafaela Walner, e mencionou que o relatório de controles internos já foi apreciado pelo Conselho Fiscal e



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024

aprovado. Com a palavra, a Rafaela Walner iniciou a sua apresentação, explicando que o objetivo da elaboração deste relatório é apresentar os resultados das análises realizadas, abrangendo a conformidade da gestão dos recursos dos planos administrados com as normas vigentes e as políticas de investimento, a adequação das premissas atuariais e a execução do orçamento referente ao 2º semestre de 2023, em cumprimento às exigências legais. Em resumo, visa-se avaliar a conformidade com os princípios, normas e práticas de governança corporativa e controles internos adotados, com destaque para o art. 19 da Resolução CGPC Nº 13, de 2004.

A consultora apresentou um resumo do relatório, explicando que ele é dividido em cinco pontos principais, seguindo a estrutura da legislação. Nesses pontos, encontram-se aspectos que exigem atenção e monitoramento, os quais são analisados periodicamente, sendo necessário manter o acompanhamento contínuo e adequá-los às novas diretrizes da Previc. Ela ressaltou que a atenção e o monitoramento podem ocorrer de diferentes formas, uma delas sendo a sinalização pela Diretoria Executiva dos aspectos que podem ser ajustados no semestre seguinte. Nesse caso, os itens permanecem como pontos de atenção e monitoramento. Além disso, um ponto de atenção e monitoramento pode se transformar em recomendação se, ao longo do período, for constatado que não houve a devida revisão. Caso tanto a consultoria quanto a auditoria externa identifiquem um ponto de recomendação, especialmente se já houver sido indicado por outra área ou órgão regulador, o Conselho Fiscal mantém-no como ponto de atenção e monitoramento para acompanhar sua evolução. A consultora enfatizou que a recomendação é o nível mais elevado no relatório de auditoria, enquanto atenção e monitoramento referem-se apenas ao acompanhamento regular.

Explicou que o próximo relatório, que será apresentado ao conselho, refletirá todas as atualizações das pendências expostas, mantendo um histórico para acompanhamento e esclarecimento do cumprimento das mesmas. Esclareceu que nenhum ponto é considerado encerrado sem o devido embasamento, e que, ainda que um item seja cumprido, ele representa uma fotografia do semestre anterior. Sendo assim, o complemento fornecido pela Diretoria Executiva não encerra o ponto com base em dados futuros, mas sim na análise do período em questão.

Após as explicações, houve uma discussão sobre o tema, no qual a Presidente substituta do conselho, Karine Morais sugeriu que, quando o novo relatório for apresentado ao conselho, já traga uma atualização para análise.

A consultora da PFM mencionou as pendências relacionadas à certificação dos conselheiros, destacando o foco na certificação da maioria. Acrescentou que, caso haja mudanças na



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024

composição dos membros, essas pendências serão analisadas, e no novo semestre de 2024, as certificações estão sendo reavaliadas e monitoradas.

O membro Eronildes Marinho expressou preocupação com as certificações vencidas de alguns membros do conselho e questionou quais medidas serão tomadas para regularizar essa situação. Mauro Chaves respondeu, afirmando que a Diretoria Executiva está empenhada em garantir as certificações, com alguns membros já certificados este ano e outros ainda em processo de certificação pelo ICSS. Ele reiterou a importância do compromisso dos conselheiros com a documentação necessária para a certificação, e informou que, anualmente, é exigida uma pontuação mínima para a manutenção da certificação, medidas estas já adotadas pela Diretoria.

Carlos Brito também contribuiu, reforçando que, no primeiro mandato dos novos conselheiros, há um prazo de até um ano para obter a certificação, mas as solicitações já foram iniciadas. Luiz Fernando Brum acrescentou que houve uma mudança regulatória, onde anteriormente a certificação era feita exclusivamente por meio de prova, e agora voltou a ser permitida também pela experiência, facilitando a obtenção da certificação.

Rafaela Walner explicou que, a partir de janeiro de 2025, a entidade será classificada como S2, o que exigirá que qualquer mudança nos Conselhos Deliberativo ou Fiscal, antes da posse, tenha os novos membros habilitados, passando a ser uma exigência para novos mandatos.

Ao concluir sua apresentação, a consultora respondeu a todas as dúvidas dos participantes, reiterou a importância do acompanhamento e cumprimento das políticas, sempre considerando o porte da entidade, e destacou que, na próxima reunião, serão apresentados os status atualizados conforme discutido nesta sessão.

O membro Eronildes Marinho aproveitou a oportunidade e solicitou que na reunião extraordinária, a ser realizada no mês de novembro/24, a diretoria apresente a atualização dos pontos pendentes. Solicitou ainda que fosse disponibilizado mensalmente aos conselheiros relatório contendo os resultados dos indicadores de gestão.

IV – Resultados dos Investimentos:

Com a palavra, o Diretor Financeiro apresentou os resultados dos investimentos. Apresentou o gráfico de rentabilidades dos planos de previdência da EQTPREV referente ao mês de agosto, comparando o rendimento real de cada plano com a meta do mês e o CDI, que foi de 0,87% no período. Destacou que, os planos incluem CEMAR BD, EQTL BD, CELPA OP, CELPA R, EQTL BD AL, EQTL BD PI, e outros, com suas respectivas rentabilidades mensais variando. Destaca-



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024

se o plano "CD Arrojado", que atingiu a rentabilidade mais alta do período, com 2,06%, superando de forma significativa o CDI e a meta estabelecida. Outros planos, como o "EQTL CV GO" e "EQTL BD GO", também demonstraram desempenho acima do CDI, alcançando 1,26% e 1,19%, respectivamente. Em contraste, alguns planos, como o "EQTL BD AL" e "EQTL CD AL", apresentaram resultados mais modestos, com rentabilidades de 0,64% e 0,15%, ficando abaixo do CD.

Mencionou, ainda, desenquadramento, qual fora, no fechamento de junho, no que diz respeito a Risco de Liquidez, o plano Cemar BD possuía um observado de 4,49% para o horizonte de até 21 d.u., em desconformidade com o limite mínimo de 5,00% estabelecido em sua Política de Investimentos vigente.

O Diretor Financeiro, resumiu sobre a movimentação financeira dos planos, onde os planos com maior movimentação incluem:

- i. BD Alagoas: Apresentou uma aplicação de R\$ 19.404.280 e um resgate de R\$ 20.881.447, demonstrando uma diferença em favor dos resgates.
- ii. BD Piauí: Com uma aplicação de R\$ 20.888.000 e um resgate substancial de R\$ 26.806.262, também destacando um maior volume de saídas financeiras.
- iii. CEMAR BD: Apresentou uma das maiores movimentações, com R\$ 50.124.779 em aplicações e R\$ 51.167.962 em resgates, refletindo um saldo ligeiramente negativo.
- iv. CV Goiás: Com uma aplicação de R\$ 26.437.000 e um resgate de R\$ 42.931.000, evidenciando uma significativa retirada de recursos.

Acrescentou, que os planos menores, como CD Alagoas, CD Conservador e CD Moderado, mostram valores mais modestos tanto em aplicações quanto em resgates. Entretanto, o plano Equatorial BD apresenta uma movimentação relevante, com R\$ 69.535.258 em aplicações e R\$ 62.676.490 em resgates, destacando-se entre os demais. Em resumo, ilustrou o fluxo financeiro dos planos, alguns apresentando maior volume de resgates em comparação com as aplicações, o que pode refletir o comportamento dos participantes ou a fase dos respectivos planos.

Finalizando a pauta, Carlos Brito destacou que, no mês, os títulos públicos, tanto de curto quanto de longo prazo, apresentaram resultados positivos. Nos Planos de Benefício Definido (BD), os resultados de longo prazo superaram as expectativas, com destaque para o desempenho dos títulos NTN-B 2060 nos planos CELPA R, EQUATORIAL BD, EQUATORIAL BD AL e EQUATORIAL BD PI, todos com alta de 0,69%. De forma geral, a entrega positiva no mês



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2024

contribuiu significativamente para o alcance e balanceamento de nossas carteiras.

V- Outros assuntos:

O Diretor Financeiro, Carlos Brito, atualizou os membros sobre a situação mencionada na reunião anterior, referente aos precatórios do plano Equatorial BD, no valor de R\$ 10.162.652,73. Ele informou que o advogado responsável solicitou a apresentação da documentação que justificou esse resgate, porém o banco não forneceu os documentos. Diante disso, o advogado peticionou novamente ao juízo, reiterando o pedido, mas, mais uma vez, a documentação não foi apresentada. O magistrado, em novo despacho, estabeleceu um prazo de cinco dias para que o banco apresente a documentação, sob pena de aplicação de multa pessoal ao representante do banco.

Karine Morais acrescentou que, considerando que o banco não apresentou a documentação, foi requerido que o Banco do Brasil emita um alvará em nome da fundação. Ela esclareceu que, para o juiz, a situação ainda não ficou clara, razão pela qual ele reiterou a intimação, também sob pena de multa pessoal ao representante do banco, que poderá responder por desobediência. Na decisão, o juiz ordena o cumprimento da determinação judicial anteriormente proferida, e, caso isso não ocorra, poderá ser aplicada uma multa pessoal, conforme previsto no artigo 77, inciso IV, §, com prazo de cinco dias para cumprimento.

A Conselheira Teonia Almeida solicitou informações sobre a sistemática de empréstimo sendo o assunto esclarecido pelo Carlos Brito colocando-se à disposição para prestar quaisquer outras dúvidas diretamente à conselheira sem a necessidade de se aguardar a realização de reuniões.

O Conselheiro Eronildes Marinho solicitou que na próxima reunião, a ser realizada no mês de novembro/24, fosse atualizado o processo de unificação das áreas restritas de acesso dos participantes.

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada, com a lavratura desta ata, que segue assinada pelos presentes.

ANEXOS:

I- Resultado dos investimentos